

**ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS  
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRISUL S.A.**

entre

**TRISUL S.A.,**  
*como Emissora,*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*representando a comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente  
emissão*

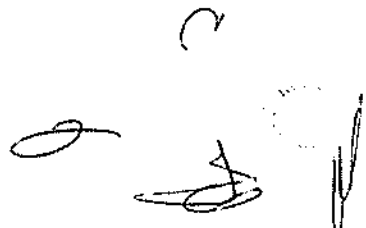
---

Datada de

23 de abril de 2012

---

---

Handwritten signatures and a circular stamp.

**ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TRISUL S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**TRISUL S.A.**, com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Avenida Paulista, 37, 15º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.811.643/0001-27 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.341.627, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora" ou "Companhia"; e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeado neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente Emissão e doravante denominado simplesmente "Agente Fiduciário";

celebram a presente "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Trisul S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

**1. TERMOS DEFINIDOS**

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles a seguir atribuído:

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada.
Amortização	Amortização prevista na Cláusula 5.8.1.

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A., sociedade com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001.04.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Controlada	Qualquer sociedade controlada, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404/76, pela Emissora.
Controladora	Qualquer controladora, direta ou indireta, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404/76, da Emissora.
Coordenador Líder	Banco Votorantim S.A., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03.
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 5ª

	Emissão da Trisul S.A.", celebrado entre Emissora e Coordenador Líder.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	30 de abril de 2012.
Data de Pagamento de Remuneração	Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.
Data de Vencimento	30 de abril de 2014.
Debêntures	As 30 (trinta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 5ª Emissão da Trisul S.A.
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quoruns de instalação e/ou deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e/ou coligadas da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.
Documentos da Emissão	Esta Escritura, o Contrato de Colocação bem como quaisquer outros instrumentos celebrados com

Handwritten signature and initials, including a large '2' and a stylized signature.

prestadores de serviço desta Emissão.

**Efeito Adverso Relevante**

Significa a ocorrência de qualquer evento que cause (i) em relação à Companhia, (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas; (b) qualquer efeito adverso nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer das obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos eventuais contratos de garantia constituídos em favor aos Debenturistas; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em uma hipótese de Vencimento Antecipado; ou (ii) em relação a esta Escritura e/ou a qualquer dos eventuais contratos de garantia constituídos em favor aos Debenturistas, qualquer efeito adverso (a) na correta formalização, legalidade, validade e/ou exequibilidade; e/ou (b) nos direitos dos Debenturistas constantes desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos eventuais contratos de garantia constituídos em favor aos Debenturistas.

**Emissão**

5ª (quinta) Emissão de debêntures da Emissora.

**Emissora**

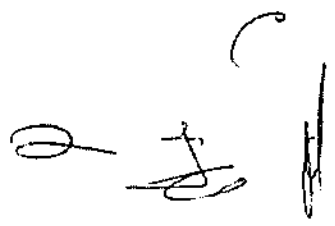
Trisul S.A., acima qualificada.

**Encargos Moratórios**

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

**Escritura**

A presente Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Trisul S.A.



Eventos de Vencimento Antecipado	Eventos previstos no item 6.3 da Escritura.
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índices Financeiros	Índices definidos e calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-

qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.
Período de Ausência de Taxa DI	Ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação, nos termos da

Cláusula 5.6.5.

Obrigações	As obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando à Remuneração e o pagamento do Valor Nominal.
RCA	Reunião do Conselho de Administração da Emissora.
Remuneração	Juros correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada de da Taxa DI, acrescido de <i>spread</i> ou sobretaxa de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que será calculado na forma prevista no item 5.6 desta Escritura.
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
SDT	SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SFH	Sistema Financeiro de Habitação.
SND	SND - Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Taxa DI é calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua



página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Taxa Substitutiva	Taxa substitutiva à Taxa DI, nas hipóteses previstas na Cláusula 5.6.5.
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.

## **2. AUTORIZAÇÃO**

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela RCA realizada em 23 de março de 2012, na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59, § 1º da Lei n.º 6.404/76.

## **3. DOS REQUISITOS**

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária**

3.1.1.1 A ata da RCA será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Jornal da Tarde", em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.1.2 A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da RCA que deliberou a Emissão devidamente arquivada na JUCESP, bem como das referidas publicações.

### **3.1.2 Inscrição da Escritura**

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua assinatura. A Emissora enviará ao

Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão inscrita na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva inscrição.

### **3.1.3 Registro na CVM**

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### **3.1.4 Registro na ANBIMA**

3.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

### **3.1.5 Registro na CETIP**

3.1.5.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT; e (ii) negociação secundária no SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.1.5.2 Não obstante o disposto no item anterior, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, as Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e do cumprimento pela Emissora das exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

## **4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **4.1 Objeto Social da Emissora**

4.1.1 A Emissora tem por objeto social a atividade de compra e venda de imóveis, locação, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de imóveis destinados à venda; bem como a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

#### **4.2 Número da Emissão**

4.2.1 Esta é a 5ª (quinta) emissão de Debêntures da Emissora.

#### **4.3 Número de Séries**

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

#### **4.4 Valor Total da Emissão**

4.4.1 O valor total da Emissão será de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na Data de Emissão.

#### **4.5 Quantidade de Debêntures**

4.5.1 Serão emitidas 30 (trinta) Debêntures.

#### **4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária**

4.6.1 O Banco Mandatário será o Itaú Unibanco S.A. e a Instituição Depositária será a Itaú Corretora de Valores S.A, acima qualificados.

#### **4.7 Destinação dos Recursos**

4.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados para reforço do capital de giro da Emissora.

#### **4.8 Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.8.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Colocação, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

## **5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **5.1. Características Básicas**

#### **5.1.1 Valor Nominal Unitário**

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.

#### **5.1.2 Data de Emissão**

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30 de abril de 2012.

#### **5.1.3 Prazo e Data de Vencimento**

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de abril de 2014, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 6.3 abaixo e o Resgate Antecipado previsto no item 6.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

#### **5.1.4 Forma e Emissão de Certificados**

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

### 5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

### 5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### 5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

## 5.2 **Subscrição**

### 5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

### 5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

## 5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

#### 5.4 Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

#### 5.5 Atualização Monetária do Valor Nominal

5.5.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

#### 5.6 Remuneração

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* ou sobretaxa de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.2 Após decorridos 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, a Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será paga mensalmente no dia 30 (trinta) de cada mês, ou no primeiro Dia Útil subsequente caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 30 de maio de 2013, inclusive, e o último pagamento da Remuneração será devido na Data de Vencimento, nas mesmas datas de pagamento das Amortizações, conforme disposto no item 5.8.1, abaixo.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor unitário da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = (FatorDI x Fator Spread), onde:

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

onde:

“DI<sub>k</sub>” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}$$

onde;

“spread” é igual a 4,0000 (quatro inteiros), informado com 4 (quatro) casas decimais;

“DP” é o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro;

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + \text{TDI}_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.



5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.6.5 Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A AGD será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, será utilizado, para o cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.6.6 Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da AGD prevista acima, a referida assembleia não será realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração desde o dia de sua indisponibilidade.

5.6.7 Caso, na AGD prevista acima, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida

- i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo

resgate e consequente cancelamento, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

- ii) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, não excedendo a Data de Vencimento e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 5.6, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada a taxa apresentada pelos Debenturistas na AGD. Caso essa taxa seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

#### 5.7 Repactuação

- 5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 5.8 Amortização

- 5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de maio de 2013, e as demais devidas sempre nas datas indicadas na tabela abaixo ou no primeiro Dia Útil subsequente caso o mesmo não seja Dia Útil:

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Pagamento
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de maio de 2013
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de junho de 2013

8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de julho de 2013
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de agosto de 2013
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de setembro de 2013
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de outubro de 2013
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de novembro de 2013
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de dezembro de 2013
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de janeiro de 2014
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	28 de fevereiro de 2014
8,3300% (oito inteiros e trinta e três centésimos por cento)	30 de março de 2014
8,3700% (oito inteiros e trinta e sete centésimos por cento)	30 de abril de 2014

## 5.9 Condições de Pagamento

### 5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora ou conforme os procedimentos do Banco Mandatário.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das

Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade da Instituição Depositária a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

#### **5.9.2 Prorrogação dos Prazos**

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

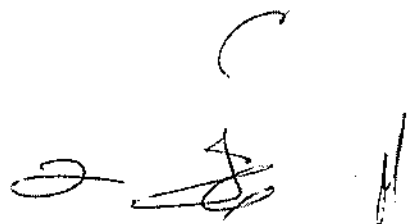
#### **5.9.3 Encargos Moratórios**

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures a qual incidirá até o efetivo pagamento das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 5.9.2 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **5.10 Publicidade**



5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, no jornal "Jornal da Tarde", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública com esforços restritos de colocação das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

#### **5.11 Aditamento à Presente Escritura**

5.11.1 Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pelas Partes após aprovação em AGD, que deverá ser convocada e realizada conforme o previsto na cláusula 9 desta Escritura, e cuja ata será posteriormente arquivada na JUCESP.

### **6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### **6.1 Aquisição Facultativa**

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

#### **6.2 Resgate Antecipado**

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar o Resgate Antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, sendo que o valor de resgate e eventual

acréscimo de prêmio serão definidos entre a Emissora e os Debenturistas à época do resgate.

6.2.2 A Emissora deverá enviar notificação aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário informando os termos e condições do resgate pretendido, que deverão ser aprovados pelos Debenturistas reunidos em AGD.

### 6.3 Vencimento Antecipado

6.3.1 Sujeito às disposições e aos procedimentos previstos nos parágrafos abaixo, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura, podendo exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, além daqueles previstos em lei, inclusive quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, no que forem aplicáveis:

- i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, devida nos termos desta Escritura e/ou de qualquer dos demais Documentos da Emissão, incluindo o Valor Nominal, o Valor Nominal Total, a Remuneração e/ou qualquer outro encargo;
- ii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou em qualquer dos demais Documentos da Emissão, que (a) não seja devidamente sanado no prazo de remediação específico; ou (b) em não havendo prazo de remediação específico, não seja devidamente sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- iii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da destinação dos recursos prevista na cláusula 4.7 acima;
- iv) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura;
- v) questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer Controladora, por qualquer Controlada e/ou por qualquer coligada da Emissora, desta Escritura;

- vi) questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada no inciso v acima, desta Escritura, não sanado ou suspenso no respectivo prazo legal, ou, não havendo definição do prazo legal, em até 15 (quinze) dias contados da data em que a Emissora tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- vii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer das Obrigações, sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas;
- viii) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada; (b) decretação de falência da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- ix) transformação da Emissora de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- x) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, exceto:
  - a) se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
  - b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal,

acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;

- c) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer Controlada da Emissora ou de ações de emissão de qualquer Controlada da Emissora;
  - d) se realizada exclusivamente entre Controladas da Emissora; ou
  - e) caso a totalidade das operações descritas no item (x) acima, considerada a cada encerramento do exercício social, sejam realizadas com sociedade fora do grupo da Companhia, desde que não ultrapasse 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- xi) redução de capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
  - xii) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404/76), direto ou indireto, da Emissora, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
  - xiii) alteração do objeto social da Emissora e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se (a) previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou (b) não resultar em alteração da atividade principal da Emissora ou da respectiva Controlada;
  - xiv) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou em qualquer dos demais Documentos da Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;



- xv) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer dívida com os Debenturistas ou qualquer outra dívida em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- xvi) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora) com os Debenturistas ou, se com terceiros, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- xvii) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado aos Debenturistas que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s);
- xviii) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- xix) alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da Companhia, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, para qualquer sociedade que não seja uma Controlada, exceto pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios, e exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- xx) constituição de qualquer ônus sobre ativo(s) da Emissora e/ou de qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto:

- a) se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
  - b) por ônus existentes na Data de Emissão;
  - c) por ônus constituídos em decorrência de renovações ou substituições ou repactuações, totais ou parciais, de dívidas existentes na Data de Emissão, desde que o ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo que garante a dívida renovada, substituída ou repactuada;
  - d) por ônus existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma Controlada e que não tenha sido criado em virtude ou em antecipação a esse evento;
  - e) por ônus constituídos para financiar a aquisição, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, após a Data de Emissão, de qualquer ativo, desde que o ônus seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido;
  - f) por ônus constituídos sobre valores recebidos em contrapartida à venda, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer ativo, desde que tal ônus seja constituído exclusivamente para garantir eventuais contingências relacionadas ao ativo vendido;
  - g) por ônus constituídos no âmbito de processos judiciais ou administrativos, limitado, a qualquer tempo, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
  - h) por ônus constituídos em garantia de dívidas em valor, individual ou agregado, limitado, a qualquer tempo, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas;
  - i) por ônus constituídos em operações de financiamento do SFH;
- xxi) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou por

qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos;

- xxii) distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, na forma do estatuto social da Emissora vigente na Data de Emissão;
- xxiii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que cause um Efeito Adverso Relevante; ou
- xxiv) cancelamento do registro de companhia aberta na CVM.

6.3.2 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos (i), (iii), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xvi), (xvii), (xviii), (xxi), (xxii) acima, que deverá ser informado pela Emissora aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de sua ocorrência, as Obrigações decorrentes desta Escritura tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.3.3 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado (que não sejam aqueles previstos no parágrafo acima), que deverá ser informado pela parte que tomar conhecimento à outra no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de sua ocorrência, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da referida comunicação, convocar AGD para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures com base no respectivo Evento de Vencimento Antecipado, observado o disposto na cláusula nona abaixo. Se, na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou

em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida AGD, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.3.4 Em caso de vencimento antecipado das Obrigações decorrentes desta Escritura, automático ou não, observadas as condições e procedimentos descritos nos parágrafos acima, a Emissora obriga-se a pagar imediatamente as Obrigações decorrentes desta Escritura e, em qualquer caso, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência do vencimento antecipado, podendo o Agente Fiduciário tomar todas as medidas cabíveis necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas.

6.3.5 Em caso de vencimento antecipado das Obrigações decorrentes desta Escritura, automático ou não, observadas as condições e procedimentos descritos nos parágrafos acima, os recursos recebidos em pagamento das Obrigações decorrentes desta Escritura, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das Obrigações decorrentes desta Escritura. Caso os recursos recebidos em pagamento das Obrigações decorrentes desta Escritura, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as Obrigações decorrentes desta Escritura, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos dos Documentos da Emissão, em relação às Obrigações decorrentes desta Escritura, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as Obrigações decorrentes desta Escritura; e (iii) saldo devedor do Valor Nominal. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das Obrigações decorrentes desta Escritura que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações decorrentes desta Escritura enquanto não forem pagas.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social e no, máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes no caso das anuais; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e (3) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros, para o respectivo trimestre, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora;
- b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora, conforme item 8.3 (ix) abaixo), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- c) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor, individual ou agregado, equivalente a, no mínimo, R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), em até 10 (dez) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IPCA;
- d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima no prazo de até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
- e) o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado no subitem “xii” do item 8.3 abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes

do encerramento do prazo para disponibilização de referido relatório. O citado organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrante do bloco de controle no encerramento de cada exercício social;

- f) aviso aos titulares de Debêntures, de fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358/02, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) comunicar ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- v) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- vii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;

- viii) notificar o Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Emissora;
- ix) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- x) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- xii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da estruturação, emissão e distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária, do Banco Mandatário, bem como dos demais prestadores de serviços contratados e outros custos relacionados às Debêntures;
- xiii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
  - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede

- mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- d) manter os documentos mencionados no subitem “c”, acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando imediatamente ao intermediário líder da oferta; e
  - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xiv) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
  - xv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas, judiciais ou extrajudiciais, e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
  - xvi) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
  - xvii) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
  - xviii) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
  - xix) manter os Índices Financeiros na forma do Anexo I desta Escritura;



- xx) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xxi) confirmar o cálculo do valor unitário das Debêntures, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- xxii) na hipótese de ocorrência de alienação ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, bem como na hipótese de a Emissora passar por incorporação, fusão, cisão ou qualquer tipo de reorganização societária, as quais tenham sido aprovadas por debenturistas reunidos em AGD, a empresa resultante de tal reorganização deverá assumir todas as obrigações referentes às Debêntures, tomando todas as providências necessárias para tanto junto a CETIP, Banco Mandatário, e Instituição Depositária;
- xxiii) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- xxiv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles em processo de renovação e/ou cuja não obtenção não possa acarretar em um efeito negativo, considerando os termos do item (iv) acima;
- xxv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas; e
- xxvi) efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora.

## **8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

8.1 O Agente Fiduciário é nomeado na presente Escritura e expressamente aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, a convocação dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, procederem à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações decorrentes desta Escritura e da legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e os documentos necessários ao efetivo registro;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas da Emissora dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e Procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora, mediante justificativa do Agente Fiduciário enviada à Emissora;
- x) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;
- xi) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo indicadas:
  - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - h) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período; e
  - i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - c) na CVM; e
  - d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xiv) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
- xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;

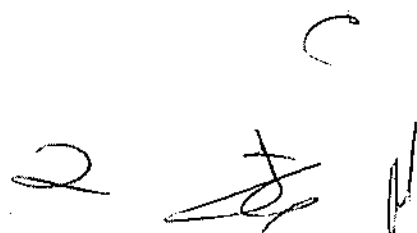
- xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- xviii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- xix) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iii) acima.

8.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:



- i) parcelas anuais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após data de assinatura desta Escritura, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes;
- ii) as parcelas citadas no item "i" acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- iii) as parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- iv) todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

- v) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- vi) a remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas; o Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora ou pelos Debenturistas, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (b) a função fiduciária que lhe é inerente; e
- vii) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.6.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência à data do pagamento.

8.6.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar à Emissora a parcela proporcional da remuneração



inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela AGD e com anuência da Emissora.

8.6.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.6.5 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura.

8.6.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.6.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades

por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

## **9. DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

9.3 A AGD pode ser convocada através de publicação de aviso aos titulares de Debêntures, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM. A AGD, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

9.4 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da

aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

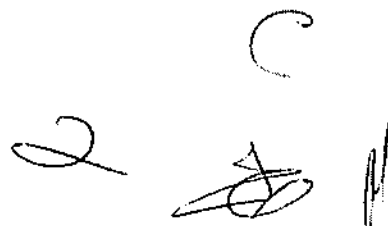
9.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

9.8.2 Aplica-se às AGD, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembleia geral de acionistas.

## **10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;

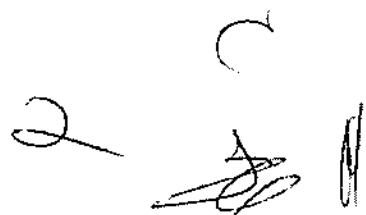


- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura se deu através das informações constantes do parecer legal da Emissão, que refletem as diligências efetuadas a respeito, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- xii) o Agente Fiduciário declara, para fins da Instrução CVM 28, que atua como agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, em série única para distribuição pública, da Trisul S.A., com vencimento em 15 de julho de 2013, em que foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). A 1ª emissão não possui garantias. Até a presente data ocorreram eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão, não tendo sido verificado qualquer evento de conversão, repactuação e inadimplemento.

## **11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**


### **11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:**

- i) é companhia aberta validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;



- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irão resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo, a aprovação da RCA), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;

C  
2



- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles constantes nas respectivas certidões forenses atualmente em vigor e devidamente apresentadas; e
- xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

11.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 3 (três) dia úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

### **TRISUL S.A.**

Avenida Paulista, 37, 15º andar

01311-000 – São Paulo – SP

At.: Sr. Fernando Salomão

Tel.: (11) 3147-0004

Fax: (11) 3141-1204

E-mail: fernandosalomao@trisul-sa.com.br

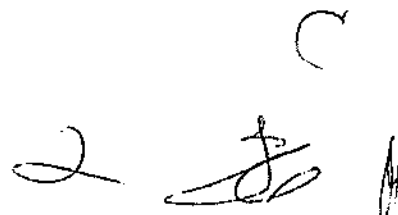
- ii) Para o Agente Fiduciário:

### **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro - RJ

At. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)



Telefone: 21 3385-4565

Fax: 21 3385-4565

Correio eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br /  
juridico@pentagonotrustee.com.br

iii) Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal

04344-902 – São Paulo – SP

Claudia Vasconcellos

Telefone: +55 (11) 5029-1910

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

iv) Para a Instituição Depositária

Itaú Corretora de Valores S.A

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

01452-002 – São Paulo – SP

Claudia Vasconcellos

Telefone: +55 (11) 5029-1910

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

vii) Para a CETIP:

**CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

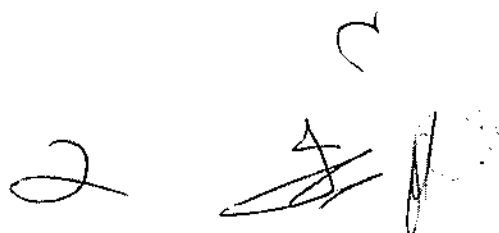
Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar



01452-001 – São Paulo – SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

12.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito pretendido pelas partes no momento da celebração desta Escritura.

12.4 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem



prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.6 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

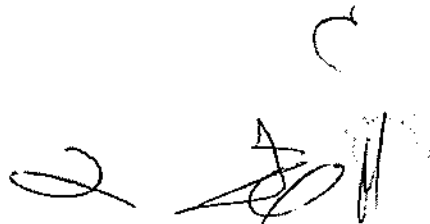
### 13. FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 23 de abril de 2012.

*(assinaturas nas páginas seguintes)*

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature, a smaller signature, and a set of initials.

*(página de assinatura 1/3 da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Trisul S.A." celebrada entre Trisul S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)*

TRISUL S.A.


Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

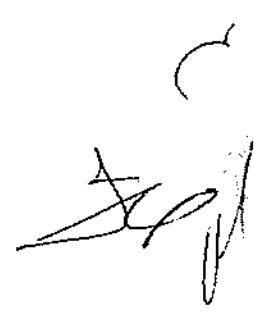
Nome: Fernando Salomão  
Cargo: \_\_\_\_\_  
RG: 4.269.361  
CPF: 014.694.432-05

2

*(página de assinatura 2/3 da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Trisul S.A." celebrada entre Trisul S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Paulo Luiz Ferreira  
Cargo: Presidente

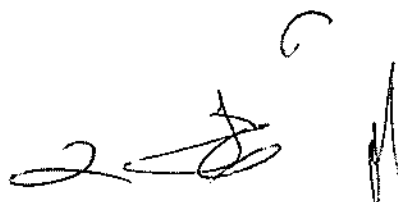


*(página de assinatura 3/3 da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Trisul S.A." celebrada entre Trisul S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários)*

Testemunhas:

1. *Mariana L.*  
Nome: *Mariana Leopoldo*  
RG.: *36.585 605-8*

2. *Matheus Elioti*  
Nome: *MATHEUS ELIOTI SILVA*  
RG: *48.714.923-3*

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

*Este anexo é parte integrante da "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Trisul S.A." celebrada entre Trisul S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários*

## ANEXO I

### ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário, com base nas suas informações trimestrais consolidadas não auditadas ou nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento das informações exigidas no item 7.1 (i) (a) da Escritura, até a Data de Vencimento:

- i)  $(\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar} - \text{Dívida SFH}) / \text{Patrimônio Líquido} \leq 0,7$ ; e
- ii)  $(\text{Total de Recebíveis} + \text{Estoque Pronto} + \text{Receitas a Apropriar}) / (\text{Dívida Líquida} - \text{Dívida SFH} + \text{Imóveis a Pagar} + \text{Custos a Apropriar}) \geq 1,5$  ou  $< 0$ .

2. Define-se:

Custos a Apropriar	É o custo das unidades imobiliárias vendidas a realizar com base no orçamento do empreendimento.
Disponibilidades	É o somatório do caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras.
Dívida Líquida	É o somatório das dívidas onerosas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissões de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, menos Disponibilidades.
Dívida SFH	É o somatório de todos os contratos de empréstimo, contratados com o intuito de financiar a construção de empreendimentos e cujos recursos

	sejam necessariamente oriundos do SBPE, SFH ou do FGTS, ou de fonte de recursos alternativa que possa futuramente ser criada e/ou regulamentada e que se assemelhe ao FGTS e ao SFH em seus termos e condições, incluindo os contratos de empréstimo das subsidiárias da Emissora considerados proporcionalmente à participação da Emissora em cada uma delas, devendo tais valores serem explicitados nas Notas Explicativas.
Estoque Pronto	É o valor apresentado na conta "estoques" do balanço patrimonial como "unidades concluídas".
Imóveis a Pagar	Contas a pagar com credores por imóveis compromissados decorrentes de aquisições de terrenos para incorporação, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta.
Patrimônio Líquido	É o patrimônio líquido, acrescido da participação de acionistas não controladores, excluídos os valores da conta "reservas de reavaliação", se houver.
Receitas a Apropriar	É a soma dos valores a receber dos promissários compradores e compradores de unidades habitacionais no curto e longo prazo, não refletidos nas demonstrações financeiras, conforme indicado nas notas explicativas, em função das práticas contábeis usuais.
Total de Recebíveis	É a soma dos valores a receber dos promissários compradores e compradores de unidades habitacionais no curto e longo prazo, refletidos nas demonstrações financeiras e/ou conforme indicado nas notas explicativas, em função das práticas contábeis usuais.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em Circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.